

Título: O sonho da terra: crônicas na territorialidade Avá e Guarani nas linhas do habitar ¹

Autor: Renan Pinna (PPGAS/UFSC)

Resumo: Esta comunicação consiste em análise de dados encontrados durante a pesquisa com os Avá-Guarani no Oeste do Paraná. Em um processo de recuperação territorial em curso baseado nas retomadas de terras, os índios Avá-Guarani foram postos em um debate étnico sobre a sua origem, em relatórios preliminares solicitados pela Itaipu Binacional. A proposta dessa comunicação é de rever esses relatórios e atualizar os dados dispostos no que tange o tema das relações entre os denominados “índios de Guaíra” e os índios que estão no rio abaixo, na região sudoeste do Paraná. Nos relatórios preliminares, os Guarani são dispostos em duas hipotéticas divisões, sendo que de um lado são denominados os “índios de Guaíra” que nos últimos dez anos retomaram mais de 10 territórios tradicionais na região do noroeste. De outro lado estariam os índios Avá-Guarani que fazem parte do processo de "compensação" de terras que a Itaipu Binacional iniciou ao reconhecer danos do alagamento na antiga aldeia de Jacutinga na região do sudoeste. Essas denominações diferenciadas carregam em si hipóteses que distanciam relações entre os índios da região sudoeste e da região noroeste no Oeste do Paraná. Entretanto, as narrativas dos guarani do rio acima e do rio abaixo, revelam semelhantes modos de habitar o território e que estão relacionados a antigas relações sociais. Essa comunicação se pretende refletir e elevar as crônicas guarani do habitar para o entendimento de que as relações entre os índios do sul e os índios do norte do Oeste do Paraná, ao contrário das hipóteses dos relatórios, se mantiveram e são descritas enquanto relações antigas. Nesse trabalho, pretendo ainda abordar como as retomadas e as ocupações se configuram ambas, como formas sociais de habitar o mundo, e como essas mobilizações não são somente uma forma de garantir um documento frente ao Estado nacional, mas para além disso, se configuram como um modo de "territorializar" a vida social.

Palavras-chave: Território, Avá-Guarani, Itaipu

Essa comunicação pretende retomar algumas proposições feitas aos Avá-Guarani em trabalhos encomendados, ou pesquisas antropológicas nos últimos anos no Oeste do Paraná, que se tornaram referências fundamentais de pesquisas e que inclusive podem ter norteado atuações institucionais aos Avá-Guarani no Oeste do Paraná. Para isso, será necessário não somente descrever ainda que

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

brevemente o processo de recuperação territorial em curso no Oeste do Paraná, quanto recordar algumas iniciativas de ocupações que ocorreram na região com o objetivo maior de compreender em como essas ocupações e retomadas podem vir a delinear os limites do território Avá-Guarani que tem sido objeto de conflito e disputa fundiária. Dessa forma, adianto que qualquer tentativa de resumo da contextualização e história dos avá-guarani no Oeste do Paraná não será possível nesse curto espaço, e caso o fizesse poderia vir atropelar memórias e dados historiográficos fundamentais para se compreender a história dos índios dessa região. Para isso, seria necessário recorrer a pesquisas que contribuíram para um melhor entendimento dos detalhes que envolvem a complexidade da história dos índios do Oeste do Paraná, com atenção para os processos que implicaram na expropriação e alagamento das suas terras. Entretanto, trarei inicialmente algumas necessárias contextualizações para dar sentido a esta análise, que tem como foco elevar as crônicas avá-guarani do habitar para propor uma compreensão dos avá-guarani enquanto um grupo correspondente da longitude abaixo e acima do rio Paraná.

No Oeste do Paraná, em especial, nos municípios de Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena e Itaipulândia percebe-se um intenso processo de recuperação territorial. O processo em Guaíra e Terra Roxa se deu início nos anos 2000 e se intensificou em 2008 resultando em 13 áreas retomadas que estavam em posse de não indígenas. Essas áreas se constituem desde fazendas, antigas áreas de arrendamento de terra, e áreas de APP que são Áreas de Preservação Permanente da Itaipu Binacional. Em cada uma dessas áreas retomadas, são expostos argumentos contrários a tradicionalidade da terra que reivindicam os indígenas enquanto suas, e no que tange a ocupação dos índios as áreas de proteção permanente, um dos argumentos levantados, é que os índios que reivindicam as suas terras tradicionais perante a Itaipu Binacional e que alegam ter sido afetados pelo alagamento da hidrelétrica, são qualificados enquanto sendo índios ñandeva e não foram afetados pelo alagamento de seus territórios tradicionais. Com os índios do rio abaixo, que compreende-se as localidades de Diamante do Oeste, São Miguel do Iguazu, Santa Helena e Itaipulândia, as retomadas foram bem menores, sendo duas em Itaipulândia e cinco em Santa Helena. As retomadas realizadas no sudoeste se intensificaram em 2014 com o despejo de um grupo Avá-Guarani que adentraram um ano antes no Parque Nacional do Iguazu reivindicando o território do Parque Nacional, enquanto sendo tradicionalmente guarani. Com nenhuma negociação realizada e o despejo forçado do Parque Nacional, os Avá-Guarani passaram a reivindicar um espaço no município de Itaipulândia, refundando a antiga aldeia de Itacorá, famosa entre os avá-guarani mais antigos por ter sido sediada nessa uma Assembleia Geral em 1976, anos de negociação com a Itaipu

Binacional que vinha tendo o seu projeto desenvolvido na região com impactos previstos em terras indígenas, vindo a aldeia Itacorá ser alagada com a criação do Lago de Itaipu.

Pretendo agora retornar aos índios do rio acima, os “índios de Guaíra”, utilizo os termos “índios do rio acima” e “índios do rio abaixo”, como termos utilizados pelos mesmos indígenas que são os meus principais interlocutores. Entendendo assim, que uma das diferenças que mais configuram a sua territorialidade reside em estarem no rio acima ou rio abaixo, não tendo em conta especulativas diferenças étnicas a qual dispõem os índios do rio acima enquanto relacionados aos “ñandeva” e os índios do rio abaixo enquanto “avá-guarani”. Sobre a reflexão dessa diferenciação cultural entre os índios do rio abaixo e do rio acima, que tratarei nesse momento, essa se faz necessária por encontrar que essas formulações além de ter carência de aprofundamento antropológico e que não são representativas para os grupos indígenas mencionados, podem vir a constituir futuras pesquisas embasadas em hipóteses primárias de um contexto complexo, com grupos indígenas que sofreram com uma histórica tentativa colonizatória de exclusão e apagamento, e que no momento em que buscam retomar os territórios tradicionais de sua população se faz necessário entender.

Quando as retomadas começaram a despontar na região, visitas preliminares foram incentivadas com o intuito de saber as motivações para tais iniciativas indígenas em Guaíra, vindo o primeiro relatório a ser feito por um agente da Funai que chegou a região para saber mais sobre os já denominados enquanto os “índios de Guaíra”.

No ano de 2004 um agente da Funai foi até a região de Guaíra para fazer uma rápida visita para avaliar a situação dos índios denominados como os “índios de Guaíra”. A solicitação da visita foi feita pela Itaipu Binacional por estarem os índios ocupando uma Área de Proteção Permanente (APP) na margem esquerda do Lago de Itaipu. Em um primeiro momento foi avaliado que os índios seriam ñandeva e que suas relações de aliança e casamento estariam referidas aos índios das aldeias do sul do Mato Grosso do Sul. Os “índios de Guaíra” são lidos neste informe técnico (Mendes, 2004) e em um posterior relatório (Thomaz de Almeida, 2006) enquanto diferentes dos índios de Oco’y pois ao cumprimentarem os índios, a sua saudação foi “ore ñandeva” termo que, segundo consta no relatório, significaria a sua autodenominação se configurando o grupo ñandeva, vindo assim esses a ser diferentes dos índios de Oco’y que se autodenominariam chiripá. Sobre isso, proponho uma breve análise, a partir de dados disposto na pesquisa. Essa denominação dos índios de Oco’y enquanto sendo chiripá, pude observar que se trata de uma denominação usada por habitantes idosos que se dizem ser os verdadeiros avá-guarani, os antigos chiripá, ao que parece essa

autodenominação vem a ser usado para se diferenciar dos mbyá-guarani com quem estão relacionados, já que na forma social do grupo avá-guarani a constituição do grupo passa por uma relação de alianças e casamentos com os guarani-mbyá com quem convivem na mesma aldeia.

Quanto a “autodenominação” dos índios de Guáira naquele momento se constituir como sendo ñandeva, não parece que uma saudação seja o suficiente para afirmar isso, pois essas saudações não são necessariamente autodenominações de grupos. Em conversa com João Benites, da Tekoha Añetete, disse que o termo ñandeva faz uma referência aos parentes, como um modo de saudar os irmãos, quando os guarani se encontravam antigamente os guarani do mesmo grupo, e que ao se reconhecerem enquanto semelhantes diziam “ñandeva” para dizer que seriam aqueles os seus irmãos. Dessa forma, podemos entender tais autodenominações enquanto manifestações de individuações indissociáveis de suas configurações relacionais e que dão voz a primeira pessoa do plural (Sáez, 2016) podendo, dessa forma, variar. Dessa forma, o caráter extensivo atribuído aos subgrupos fracassam pois o que interessa para os subgrupos não seria a forma mas as potências que podem vir a emergir da composição relacional, impedindo qualquer estabilização classificatória.

Porém, para compreender o território avá-guarani é necessário saber que os avá-guarani estabeleceram relações com os ñandeva nas aldeias do sul do Mato Grosso do Sul, a partir dos deslocamentos forçados sofridos no noroeste do Paraná, na época de intensa expropriação dos territórios tradicionais, gerados pela colonização no Oeste do Paraná promovido pela Marcha para o Oeste e com a construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional. Essas relações com os ñandeva parecem ter gerado modos de ser guarani constituído por relações de casamentos e alianças entre os dois grupos, isso fez os índios avá-guarani estarem em um lugar de maioria ñandeva, tornando seu referencial de grupo ñandeva, pelo lugar que conviviam. Dessa forma, naquele momento podem ainda ter vindo a se referenciar dessa forma por uma ética ao grupo ñandeva com quem elaborou alianças e casamentos, estabelecendo uma forma de ser guarani sem “impedimentos estruturais” (Cadogan, 1959) para a sua convivência. Da mesma forma como acontece com os avá-guarani e os guarani-mbyá do rio abaixo, como veremos adiante, revelando relações pautadas por diferentes formas de organização social que não impediu a elaboração de uma convivência e um projeto coletivo amparado na noção guarani do *viver em harmonia*. Por fim, essa visita técnica da Funai na região em 2004 identificou duas aldeias indígenas, uma sendo na periferia de Guáira, a Tekoha Karambe’y, e a outra sim, em uma APP onde os índios instituíram a Tekoha Marangatu. Segundo o relatório preliminar, os índios de Guáira possuiriam relações apenas pontuais com os índios de

Oco'y, não revelando quais seriam essas relações. Sobre essas relações que nos interessa poder descrever.

Um ano depois, um novo relatório (Rojas, 2005) foi realizado na região de Guaíra afim de conhecer quem seriam os índios que estariam retomando áreas, essas que incluíam as de proteção ambiental da Itaipu Binacional. Nesse momento, a Itaipu Binacional já havia requerido reintegração de posse as áreas ocupadas. Algumas conclusões apontam para uma dissociação dos índios de Guaíra com os índios localizados no rio abaixo, principalmente os que margeiam a região de Oco'y, em São Miguel do Iguaçu, e a isso interessa. Nesse relatório, uma atenção especial é dada logo de início aos vestígios arqueológicos encontrados perto de rios que são os que justamente se constituem como lugares reivindicados pelos indígenas como tradicionais, que são expostos como constando a ocupação guarani nessa região. Um dos principais relatos continua a ser do senhor Cláudio Barros que nasceu em Guaíra, assim como os seus pais, já falecidos. O relatório, mais completo do que o anterior, conclui que muitos dos índios que estão em processo de recuperação territorial em Guaíra são nascidos no município de Guaíra ou ainda em localidades próximas. Apesar dos deslocamentos forçados promovidos com a expropriação dos seus territórios, e algumas famílias terem sofrido com os despejos, os índios Avá-Guarani de Guaíra não abandonaram as suas terras configurando uma ocupação permanente na região.

No que tange as relações dos índios do rio acima com os índios do rio abaixo nenhuma conclusão é elaborada nesse sentido, a não ser o apontamento de algumas pessoas em que mantêm parentesco com os índios que atualmente habitam o rio abaixo, mas que são de famílias provenientes do Lope'i (antigo Toledo) como foi apontado o parentesco do senhor Aquino e de Teodoro Alves, morador de Tekoha Itamarã. O senhor Aquino chegou a morar na antiga aldeia de Barro Preto em Cascavel, assim como, chegou a morar em aldeia em Toledo. Um outro caso é o do senhor Darci que nasceu em Guaíra, mas o seu pai nasceu na região de Foz do Iguaçu, tendo passado a infância em Porto Mendes. Nessa história, podemos perceber que o município de Toledo e Guaíra são referências de relação com índios Avá-Guarani que viviam na região de Foz do Iguaçu e que saíam dessa região para viver em aldeias de Guaíra.

Nesse relatório, fica nítido a política de insistência do antigo SPI aos índios dessa região Oeste do Parná na época da colonização, afim de deslocar esses para os postos do SPI nas reservas implementadas no sul do Mato Grosso do Sul. Como a única possibilidade de ter acessos a serviços públicos era a partir da expedição de documentos de identidade, os índios foram obrigados a se

deslocar para a reserva de Porto Lindo, no posto do SPI, onde acabavam sendo registrados como nascidos no próprio local de registro, Mato Grosso do Sul. Isso explica, porque ainda nascidos em Guaíra, seus locais de nascimento constam as reservas dos ñandeva. Contudo, as informações desse relatório foram fundamentais para a suspensão da reintegração de posse dos índios que retomaram os territórios tradicionais sobrepostos as Áreas de Proteção Ambiental da Itaipu Binacional, comprovando que os índios avá-guarani de Guaíra mantiveram uma ocupação permanente no município apesar de uma urbanização que os foi espremendo e tornando os lugares de moradas em um espaço reduzido em meio ao processo do crescimento urbano do município de Guaíra.

Nesse mesmo ano de 2004 em que os índios que haviam sido despojados retomavam os territórios de ocupação tradicional em Guaíra, um grupo avá-guarani saído de Oco'y acabou retomando uma área em Terra Roxa, em um lugar que se constitui como um sítio arqueológico de Ciudad Real del Guaíra, e que segundo os avá-guarani se constitui como antigo complexo habitacional dos índios avá-guarani, e que esse lugar provaria sua pertença histórica na região do Oeste do Paraná. Essa retomada dos avá-guarani de Oco'y em Terra Roxa abriu margem para reflexão do porque os índios avá-guarani estariam retomando um antigo lugar tão distante de onde habitavam anteriormente, na reserva de Oco'y, em São Miguel do Iguaçu. Para Rubens Thomas de Almeida (2006), tal ocupação se explicaria como uma desenvoltura do grupo, o que se configuraria como uma exceção pois tais lugares como Terra Roxa estariam fora da hipotética linha imaginária do “triângulo territorial” de habitação tradicional Avá-Guarani constituído pelos lugares de Guaíra, Toledo e Foz do Iguaçu. Voltaremos ao tema adiante. Por agora, tratemos do terceiro relatório que inclui os denominados “índios de Guaíra”, e como esses são descritos em relação ao processo de recuperação territorial movimentado pelas retomadas de terras.

Nesse relatório (2006), fundamentado por Rubens Thomas de Almeida, contratado pela Itaipu Binacional para identificar situações de reivindicações de terras dos avá-guarani em especial aquelas que estariam em suas Áreas de Proteção Permanente, algumas conclusões são realizadas, e é sobre as que descrevem possíveis relações dos índios avá-guarani do rio abaixo com os aqui mais uma vez denominados como os “índios de Guaíra”, índios do rio acima, é que pretendo continuar a tecer a análise. No relatório, Rubens Thomas de Almeida, explicita que a situação dos “índios de Guaíra” deveriam ser analisadas em quatro particularidades distintas, e que essas deveriam ser amplamente debatidas com os grupos indígenas no processo de regularização de suas terras. A primeira situação dirigia-se ao grupo formado pelo xamõi/tamõi Claudio Barros, que foi constatado em relatório anterior, que trata-se a aldeia Karambe'y a que permaneceu no município de Guaíra de

modo intermitente. A segunda situação refere-se a antiga aldeia de Karambe'y que persistiu com o crescimento da cidade ficando reduzida entre casas de alvenaria que foram sendo construídas ao seu redor em um bairro que se constituiu como periférico no município. Essa aldeia permanece até hoje situada ao lado do antigo rio Karambe'y, que virou uma espécie de esgoto a céu aberto, que prejudica as casas vizinhas e da aldeia em épocas de chuva intensa. A terceira situação trata-se de grupos familiares que estão espalhados pela cidade de Guaíra e que parecem ter permanecido e se misturado com os brancos da cidade no período de colonização e expropriação dos índios das aldeias. Esses são referidos como sendo os “índios misturados” ou mesmo os “índios que viraram brancos” por terem se casado com brancos e terem aceitado viver no modo dos brancos e abandonado o modo de viver dos índios. E uma quarta situação, já comentada, é a do grupo que ocupou a faixa de Área de Proteção Permanente da Itaipu, constituindo a aldeia Marangatu.

Dessas situações, algumas considerações gerais são feitas sobre os “índios de Guaíra” em relação aos índios oriundos de Oco'y e Jacutinga, no que tange as suas diferenças e possíveis relações históricas. Uma das considerações é que por mais que falem a mesma língua e professem mesmas linhas de pensamento mitológico e cosmológico, os índios de Guaíra se revelam marcadamente diferenciados dos avá-guarani do rio abaixo, pois suas relações de casamentos e alianças estão direcionadas aos ñandeva no Mato Grosso do Sul. Dessa forma, os “índios de Guaíra” estariam ligados por relações intercomunitárias de aliança e relações de casamento com os ñandeva de Yvy Katu, Porto Lindo, Cerrito e outras aldeias do sul do Mato Grosso do Sul (Thomaz de Almeida, 2006: 59). Uma outra consideração, a qual considero mais importante no sentido de porque não se pensar os avá-guarani do rio abaixo e do rio acima enquanto um possível grupo de um território tradicional correspondentemente comum, reside na consideração de que os “índios de Guaíra” não mantinham e nunca mantiveram relações com os índios do Oco'y e Jacutinga, e que esses somente estariam relacionados aos índios ñandeva do Mato Grosso do Sul (Thomaz de Almeida, 2006: 07). Os relatórios elaborados naquela época parecem necessitar atualizações, logo essa comunicação tem o objetivo de complementar os relatórios produzidos, para contribuir na produção de futuras pesquisas junto aos Avá-Guarani no Oeste do Paraná.

Procurarei revisar as considerações das relações dos avá-guarani com o objetivo de complementar os relatórios anteriores, trarei os relatos dos índios avá-guarani, tanto os que habitam o rio abaixo quanto os que habitam o rio acima no leito do Paraná, a partir de pesquisa etnográfica realizada desde 2014 junto aos Avá-Guarani do oeste do Paraná. Além disso, trago ainda outros materiais, principalmente os produzidos no âmbito da Comissão Nacional da Verdade. Proponho uma reflexão

em cima dos relatórios produzidos de 2004 á 2006 pois esses se constituem como os primeiros informes e estudos antropológicos sobre os índios avá-guarani do rio acima. Esses ainda são os primeiros estudos que colocam em relação os índios do rio abaixo com os índios do rio acima, analisando se esses se configuram enquanto um mesmo grupo étnico, possuindo relações históricas antes das expropriações e do alagamento das terras indígenas. Além disso, os relatórios surgiram de solicitações da Itaipu Binacional pela presença indígena em suas Áreas de Preservação Ambiental, sendo que a construção da hidrelétrica é considerada pelos índios um dos principais fatores para o desordenamento da vida de humanos e não humanos, em vida e após a morte, evidenciando que o alagamento das terras indígenas não teve consequências somente na questão das terras, se tratando de um dilúvio mitológico em que suas proporções ainda são motivos de especulação pelos guarani.

Durante uma conversa com o senhor Casemiro Centurion, antiga liderança que mora no Oco'y, sobre o território avá-guarani, foi elaborado um mapa para poder demonstrar quais seriam os limites do território tradicional. O território avá-guarani foi traçado em um círculo que abrange as áreas dos atuais países do Paraguai e do Brasil. Seus limites territórios seriam ao norte, o rio Piquiri, na região de Guaíra e Terra Roxa, ao leste, em Cascavel, e ao sul, rio Iguaçu, que margeia o Parque Nacional do Iguaçu, e ao oeste na região do Alto Paraná, Paraguai Oriental. Sobre essa não divisão do território avá-guarani como acontece no caso da sobreposição do Brasil e Paraguai ao território tradicional, indaguei se o rio Paraná não constituiria um marco divisor de grupos guarani, divididos pelo curso das águas. Nisso, senhor Casemiro, respondeu que não pois por debaixo do rio há terra, sendo a mesma terra que tem de um lado tem do outro, e a esse território tradicional comum os guarani entendem como yvyrupa que seria a plataforma terrestre sem as fronteiras nacionais conforme estão estabelecidas. Porém, o território avá-guarani seria essa parte de dentro do círculo, sendo que para fora disso outros grupos inclusive guarani habitavam antigamente. Nesse tempo, os índios circulavam em todo esse lugar, atravessavam o rio de canoa em épocas de cheia, e em épocas de seca, atravessavam sobre as pedras que interligavam os dois lados do rio como um caminho.

Essa descrição do território avá-guarani enquanto sendo circular, foram descritas por outros idosos, que não entendem o território avá-guarani enquanto um “triângulo territorial” mas enquanto um “círculo territorial”. Por isso, quando os avá-guarani saíram de Oco'y, em São Miguel do Iguaçu, para Terra Roxa, não estariam fazendo um movimento que constitui uma exceção e uma desenvoltura do grupo em buscar novos lugares além do “triângulo territorial”, mas sim, estariam fazendo movimento dentro do “círculo territorial” que se entende o território Avá-Guarani. Além disso, se observamos as famílias que estão nos territórios recuperados em Guaíra e Terra Roxa,

poderemos notar que muitas dessas são compostas por pessoas nascidas no rio abaixo e que com as retomadas no rio acima passaram a viver nas aldeias indígenas dessa região. Sobre as histórias dos índios antigos da região, em conversa com um outro senhor, desta vez da aldeia Añetete, algumas elaborações das várias formas de organização social foram descritas. Formas essas que multiplicam as redes, os caminhos, as alianças, as festas, e os locais de morada como lugares que poderiam vir a habitar muitos índios ou grupos menores. Os índios se reuniam e caminhavam de um lugar a outro, entendendo o território tradicional enquanto a sua morada, o que não implicaria em um abandono do território tradicional ao mudar de aldeia, pois nesse sentido o caminhar se entende como uma forma de habitar, e antigas aldeias poderiam vir a ser lugar de morada de novos parentes que ao mudar de lugar o faziam para descansar a terra. A noção do *descansar a terra* integra desde de uma ética de cuidado a terra, do cuidado do solo, do cuidado do mundo, como de cuidado espiritual, de cuidado a natureza, do cuidado do corpo, e das relações sociais, para um bom mantimento do mundo humano e não-humano (Pinna, 2016). A noção de *circular* expressa o caminhar pelo território tradicional, sendo essa, uma forma de habitar. Nesse sentido, caminhar, circular, é uma forma de habitar o território tradicional. Isso não se trata, porém, de nomadismo, pois as caminhadas aconteciam dentro do território tradicional, vindo essas ser uma forma de habitar e elaborar relações.

Em uma outra conversa, senhor Pedro diz que os índios viviam de Foz do Iguaçu até Guaíra, e que sua mãe nascida em Toledo, e que quando tinha nhemongaraí os parentes de Jacutinga chamavam os parentes de outras aldeias para participar disse que sua mãe tinha muitos parentes na aldeia Paraje e que com a ofensiva dos colonos, foram fugindo para o Paraguai, para Argentina, entre outros lugares mais. Em Toledo tinha a aldeia Lope'i e em Porto Mendes tinha a aldeia de Santa Maria, logo para frente seguindo para Campo Mourão perto da estrada velha tinha aldeias como Memória e M'boi – Piquá, e em Campo Mourão, tinha a aldeia YvyraPetein e Corimbata'y, assim como tinha a aldeia Rio Branco em Pato Bragado e depois fomos para Laranjeiras do Sul, tinha a aldeia Yva-Karetá. O relato de seu Onorio conta da vez que saiu a serviço junto com a família, depois de servir ao Exército em Guaíra, e trabalhar puxando erva desde o Iguatemi. No caminho indo passando e se hospedando nas aldeias dos parentes, como um tio seu que morava na região de Campo Mourão, e conhecendo outras aldeias que ficavam próximas. Quando perguntado se conhece ou possui parentes de Guaíra, senhor Onorio, erradia que sim e não só conhece como tem história para contar. Com o senhor Cláudio Barros, são amigos de longa data, desde a época que trabalhou em Guaíra quando jovem que conheceu a aldeia Karambe'y. Com Claudio cortavam as roças dos

vizinhos, e depois saíram para serviço em Toledo e em Rio das Cobras, para cortar uma roça. Foram e voltaram juntos para fazer o serviço.

As relações do senhor Onorio com os índios de Guaíra não são somente de amizade, pois antigo morador do rio acima, diz possuir muitos parentes e amigos na região, sendo que, boa parte desses foram novamente contatados a partir da recuperação do território tradicional, como no caso do senhor Claudio Barros, a quem não via há anos. Segundo senhor Onorio, a antiga aldeia Karambe'y foi prejudicada pelo alagamento da hidrelétrica da Itaipu Binacional, perdendo parte da aldeia para as águas do Lago de Itaipu. Dessa forma, seu relato contribui para compreender como os índios do rio acima foram impactados com o alagamento das suas terras indígenas, e vindo esse relato de um rezador de uma das aldeias do rio abaixo, podemos compreender que a análise das aldeias indígenas afetadas pela construção da Itaipu Binacional, está para além das suas próprias aldeias indígenas, vindo os indígenas a compreender as áreas que foram afetadas, para além dos lugares que moravam. Isso se expressa pois os Avá-Guarani demonstram ter uma noção perspicaz do território tradicional, e também porque morar em uma aldeia indígena não significa viver somente nessa aldeia, vindo as aldeias vizinhas ser lugares de constantes visitas dos parentes que acompanham as mudanças desses lugares como os próprios moradores.

Dessa forma, uma aldeia indígena afetada nunca afeta somente os moradores locais, mas sim uma rede de parentesco que está ligada a essa aldeia e que não necessariamente moram nessa aldeia indígena. Isso se explica porque os guarani tem uma noção do território que está para além da sua aldeia, integrando as demais aldeias dos parentes que estão relacionadas as outras, e permeadas pelos guarani no movimento circular do habitar. Os relatos sobre as aldeias afetadas pela construção da hidrelétrica da Itaipu Binacional na região noroeste são contadas pelos moradores desde o momento em que foram avisados que as águas iriam subir e eles precisariam sair das beiradas do rio Paraná até em negociações não levadas adiante com membros da Itaipu Binacional que não cumpriram o acordo de compensar as terras que iriam ser alagadas. Portanto, os avá-guarani do rio acima foram afetados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, pelo alagamento de seus territórios tradicionais. Além disso, sofrer com o alagamento está para além dos territórios tradicionais que foram alagados e dimensiona um conjunto de elementos, como a desorganização territorial e das relações dos parentes, o desaparecimento de animais considerados importantes para o bom costume, e o alagamento de lugares que são considerados fundamentais para o equilíbrio da terra vindo afetar humanos, espíritos, mortos, e animais que habitavam o território avá-guarani.

No “tempo dos índios”, dizem os guarani narrando como era habitar no território tradicional antigamente, se fazia muita festinha espiritual, repartição de bolo, nhenmongaraí, mbojapé, mbojapé karaí, batizava a banana nanica, batata doce, mel, milho, e tudo era batizado “a gente saia de Toledo, de Campina, pra aldeia Memória pra participar de um batizado de bolo”. Do mesmo modo os índios da aldeia Karambe’y eram chamados para o batismo na aldeia Rio Branco (Packer, 2014). Pelos relatos do senhor Onorio é notável uma fluidez em chegar nas aldeias tanto do norte quanto do sul do Oeste do Paraná. Fosse por paradas em serviços, visitas aos parentes, ou festinhas espirituais, as relações dos Guarani do rio abaixo e do rio acima se faziam acontecer. Foi nessas passagens que conheceu o senhor Damasio Martines, em Jacutinga, e que atualmente está com a sua ñemoñare (família extensa) em uma aldeia fruto da recuperação territorial promovida pela forma da retomada. Além de Jacutinga, outras aldeias são bastante mencionadas nos relatos dos guarani, principalmente aquelas que foram alagadas pela hidrelétrica.

Uma outra história contada pelo senhor Gregório Benites, morador de Oco’y, nascido na região de Cascavel, disse que naquela época andava por toda a região do Oeste. Depois de Cascavel foram para YvyraPetein e depois para Lope’i onde chegou a morar muito tempo. Pela proximidade andou por todo canto de Guaíra, pois naquele tempo tinha muito mato, caça, frutas e dessa forma que os guarani viviam (Packer, 2014). As passagens e o visitar dos parentes não significava abandonar as suas aldeias assim como caminhar não é um tipo de nomadismo. Pois o caminhar é uma forma de habitar. “Por aqui tinha um caminho feito pelos Guarani que beirava esse rio Paraná, por esse caminho os Guarani iam daqui até a foz do Iguaçu, iam assim de cavalo ou mesmo a pé” foram com essas palavras que em conversa com um xamo’i de Guaíra me foi descrita sobre os caminhos usados pelos Guarani que habitavam diferentes regiões faziam para se encontrar ao longo do rio Paraná. Esses tinha seus caminhos que os ligavam de uma aldeia para uma outra aldeia. Esses lugares fora afetados pela colonização e com o alagamento dos territórios tradicionais com a conformação do Lago de Itaipu com a instalação da Itaipu Binacional.

Dessa forma, os índios avá-guarani do rio abaixo tem relações com os mbyá no Paraguai estabelecidas antes do alagamento de Itaipu, assim como, os índios avá-guarani do rio acima parece que tem as relações estabelecidas com os ñandeva no Mato Grosso do Sul, antes da expropriação dos seus territórios. Isso explicaria o porque do direcionamento de famílias indígenas avá-guarani para a região do Iguatemi, se tornando a região um dos principais pontos de fuga dos avá-guarani no processo de entrada dos branco para a colonização e na conformação do Lago de Itaipu, com a construção da Itaipu Binacional. Portanto, os índios do rio abaixo e do rio acima mantiveram

relações constantes entre as duas regiões, e com outros grupos. Essas relações eram facilitadas pela criação de trilhas e caminhos entre as regiões. Sendo assim, os índios avá-guarani no rio acima passaram por processos de relação com os ñandeva no Mato Grosso do Sul, assim como, os índios avá-guarani no rio abaixo passaram por processos de relação com os índios mbya-guarani advindos do Paraguai, conformando modos de ser guarani que constituem as retomadas de terras enquanto lugares de encontros de relações antigas².

No caso dos índios do rio abaixo, o antropólogo Rubens Thomas de Almeida (2006) reflete a conformação entre índios avá e índios mbyá, como antiga e que constituíram uma forma de ser guarani. Essas relações são passíveis de serem observadas de modo semelhante em Guaira e Terra Roxa em algumas aldeias que as famílias extensas são oriundas do rio abaixo, de antigas aldeias como Jacutinga e Gleba Guarani, e como acontece em Ocoy há uma conformação de vida comunitária dos grupos mbya e avá-guarani. Do mesmo modo é perceptível na conformação de formas de ser guarani no relacionamento estabelecido entre avá e ñandeva. Essas formas de conviver revelam uma plasticidade da, por diversas vezes etnologicamente, essencializada forma de ser guarani que são baseadas em antigos costumes e que realçam a imaginação de um guarani puro e desconectado dos processos históricos coloniais e agências de alianças, casamentos, e trocas incentivados pelos próprios grupos guarani antes dos processos coloniais. Isso não significa, entretanto, que essa plasticidade e a constituição de uma forma de ser guarani conformada com outros grupos, se presencie em uma descaracterização no que tange a noção de território tradicional. Pois os Avá-Guarani tem os seus respaldos e critérios próprios de avaliação do que significa pertencer ao território tradicional. Os indígenas refletem a pertença ao território tradicional no processo de recuperação territorial pelas histórias de habitar os lugares antigos e pelas relações estabelecidas antes da expropriação de suas terras tradicionais, como é possível notar pelas crônicas dos índios do rio abaixo e do rio acima e como refletem as suas antigas relações, ainda essas sendo prejudicadas com a extinção de aldeias que estavam entre os caminhos de Foz do Iguaçu até Guaira.

Sobre isso, o argumento de uma possível ausência de relações entre os índios do rio abaixo e do rio acima pela relativa distância dessas duas regiões, não caberia. Visto que, parece necessário compreender segundo os relatos indígenas que o que se configuraria como distante não era assim considerado antigamente, apesar da ausência de transportes como ônibus e outras tecnologias de mobilidade. Isso porque, os guarani tinham seus próprios meios de transporte como burros e

² As diferenças mobilizadas entre avá-guarani, mbya e ñandeva são descritas porque por mais que os avá-guarani são considerados ñandeva na etnologia brasileira, os avá-guarani do Oeste do Paraná, na maioria das vezes, fazem questão de se diferenciar dos índios ñandeva do sul do Mato Grosso do Sul.

cavalos, sendo o principal desses era o de caminhar a pé aos lugares destinados. As narrativas dos guarani mostram grandes percursos que duravam cinco ou sete dias de caminhada, estimativa de tempo e noção de distância que esses tem presente até hoje ao contar quanto tempo durava para chegar a pé de uma aldeia para a outra aldeia. Essas caminhadas não se configuravam enquanto impossibilitadas pela distância pois antes de chegar aos destinos os índios relatam que algumas paradas aconteciam. As aldeias que existiam entre a região de Foz do Iguaçu e Guaíra foram extintas ao serem expropriadas pelo processo de colonização, mas antes disso serviam como linhas de relação, e pontos de paradas e interconexão dos índios das regiões sudoeste e noroeste do Paraná.

Quanto a organização política do grupo, por mais que em assembleias participem os avá-guarani do rio acima e do rio abaixo, isso não significa que esses formam um bloco único de mobilização frente as demandas da regularização fundiária dos territórios tradicionais recuperados, pois suas formas de mobilizar as suas ações políticas não são sempre as mesmas e unificadas. Isso se explica pois as suas referências de mobilização são distintas e se desenvolveram na relação com diferentes atores políticos. Entretanto, as diferenças são entendidas como partes de um processo histórico das aldeias e as suas contingências, não significando necessariamente um distanciamento político e falta de apoio quando pertinente. Em termos de organização política, os avá-guarani se mostram solidários com as suas demandas, e se apresentam enquanto um povo que habita a região do oeste do Paraná. As ações políticas mobilizadas para a recuperação dos territórios tradicionais não se restringem ao plano material, mas antes, dialogam e são baseadas na relação de humanos e não humanos, e nas formas cosmopolíticas avá-guarani de elaborar mundo. Sendo assim, os avá-guarani não recuperam os territórios tradicionais como uma forma de pressionar o Estado a regularizar terras indígenas, mas sim, retomam os territórios tradicionais por uma questão de vida.

Em ambas regiões do sudoeste e do noroeste, a construção da hidrelétrica da Itaipu Binacional e a criação do Lago de Itaipu, se fez sentir nas aldeias indígenas, acarretando em consequências semelhantes, com a dispersão dos avá-guarani de suas terras, o que denominam haver sido um processo de confusão, divisão, esparramo, das famílias indígenas que tiveram que se afugentar para outros lugares, processo que se encontra explicitado na noção do *sarambi* em língua nativa. Para entender as retomadas, é necessário entender como os processos de deslocamento forçado e expropriação das terras indígenas se deram nessa região, assim como, é necessário entender que o retorno dos parentes está intimamente ligado ao *sarambi* dos avá-guarani que sofreram um deslocamento forçado para as regiões do Paraguai e Mato Grosso do Sul. Portanto, os índios que mobilizam a recuperação dos territórios tradicionais não podem ser lidos como índios que vieram

do Mato Grosso do Sul e do Paraguai, mas índios que estão retornando aos territórios tradicionais após anos de expropriação das suas terras indígenas. As relações entre avá-guarani do rio abaixo e do rio acima que demonstram ser relações anteriores a expropriação das suas terras, são importantes de serem lidas justamente para contribuir para a história dos índios dessa região, assim como para compreender a tradicionalidade permanente dos índios em suas terras indígenas. Pois essas relações antigas, inclusive, parece ter acionado redes de relações que contribuíram para o processo de recuperação dos territórios tradicionais (Pinna, 2016).

Contudo, pelos relatos dos índios avá-guarani o território tradicional era composto por trilhas, caminhos, aldeias, e por relações, alianças, casamentos e festas que constituem os índios do rio abaixo e do rio acima enquanto um grupo social. Creio que poderíamos ainda se nos desse o tempo, incluir aqui, provocações e reflexões do que viria a ser um grupo social nos moldes guarani. Poderíamos ainda, refletir sobre as noções de grupo na antropologia, e como essas noções foram estabelecidas em uma lógica da totalidade, amparada na noção de indivíduo regulado pelo social. Com isso, é preciso lembrar que, as noções grupo social dos Avá-Guarani, são distintas da nossa e não é necessário uma aproximação de semelhantes para expressar a ideia de grupo, visto que, suas memórias e caminhadas, e a forma com que se apresentam compreende a sua configuração como a de um grupo social.

Essa comunicação se pretendeu elevar as crônicas guarani do habitar para o entendimento de que as relações entre os índios do sul e os índios do norte do Oeste do Paraná sempre se mantiveram e são descritas enquanto antigas. Logo, a denominação “índios de Guaíra” para se referenciar aos índios do rio acima, não fazem sentido quando associam esses como relacionados exclusivamente aos índios do sul do Mato Grosso do Sul. Pois como apontam as memórias dos próprios índios do rio abaixo, as relações entre os índios do rio acima com os índios do rio abaixo são antigas, e constituíam formas de relação própria e criativa dos Avá-Guarani como os encontros, festas, batizados, caminhadas, serviços, mudanças, alianças, casamentos e outras manifestações dignas de um grupo social. Essas narrativas podem ainda nos ensinar a pensar mais em movimentos e menos em classificações. É pelas linhas, pelas crônicas do habitar, que podemos compreender as relações sociais antes de eventos críticos como a colonização das terras e do alagamento dessas pela Itaipu Binacional. As crônicas do habitar são histórias de vidas, das vidas dos que vieram antes e depois das expropriações, das vidas nas voltas dos parentes, das vidas que foram alagadas com a construção da hidrelétrica, das vidas de humanos e não-humanos que permaneceram no território tradicional Avá-Guarani.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Rubem Thomas de. Estudo Antropológico sobre situação dos Ava-Guarani e Guarani-Mbya relacionados ao Oco'y-Jakutinga e dos Ñandeva de Guaíra: extremos oeste do Paraná. 2006.

ALMEIDA, Rubem Thomas de. 2004. Relato de uma brevíssima visita aos guarani-ñandeva de Guaíra, FUNAI/DAF, Brasília.

Cadogan, León. 1959. "Como Intepretan los Chiripa (Ava Guarani) La Danza Ritual", Museo Etnografico "Andrés Barbero", 39p., Asunción.

PACKER, Ian. 2013. Violações dos Direitos Humanos e Territoriais do Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. Centro de Trabalho Indigenista – CTI.

PINNA, Renan. 2016. Memória e Etnografia: lógica do sarambi e a territorialidade Avá-Guarani. Trabalho de Conclusão de Curso. Foz do Iguaçu: ILAACH/UNILA.

Rojas, Blanca. 2005 “Informação Técnica sobre os Índios Guarani-Ñandéva do Município de Guaíra, Instrução Executiva No. 406/PRES/2005, FUNAI/DAF, 47pp, 8 Anexos, Brasília.

SÁEZ, Oscar Calavia. 2016. “Nada menos que apenas nomes: os etnônimos seriais no sudoeste amazônico”. *Ilha -Revista de Antropologia* , 18(2):149-176.